



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 958068
Natureza: Edital de Concurso Público
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Josenópolis

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Cuidam os autos de Edital de Concurso Público n. 01/2015 para provimento de cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Josenópolis, encaminhado a este Tribunal de Contas pelo Módulo Edital do Sistema FISCAP, em 26/5/2016.

Consoante Acórdão prolatado na sessão de 11/5/2017 (f. 353/353v), a Segunda Câmara: I) aplicou multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. José Nilson Pestana, prefeito municipal, à época; II) determinou que no prazo de 30 (trinta) dias fossem comprovadas a esta Corte de Contas as medidas adotadas para cumprimento das regras estabelecidas pelo CONARQ; III) recomendou ao prefeito municipal contemporâneo ao *decisum* a edição da legislação que regulamenta a reserva de vaga para portadores de deficiência.

A referida decisão transitou em julgado em 6/7/2017, conforme atestado à f. 356.

Em face da ausência de recolhimento voluntário do débito pelo devedor, foi emitida a Certidão de Débito n. 517/2018 (f. 371/371v), com atualização monetária do *quantum debeat*. Os autos, em seguida, vieram a este Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 958068M1566, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I e II da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Kátia Guimarães Barreto Barcellos
Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015.